

ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, prezados amigos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Quero inicialmente cumprimentar o secretário de Defesa Civil de Santa Catarina, ex-prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus, que tem feito um trabalho extraordinário promovendo inúmeras ações para a prevenção de catástrofes, minimizando os incidentes meteorológicos, mas principalmente as enchentes.

Contudo, em função da última cheia no vale do Itajaí-Mirim, Itajaí-Açu e em outras regiões, a questão merece atenção especial para minimizar os seus efeitos danosos. E na hora de buscarmos recursos para a prevenção existem inúmeros projetos para financiar isso.

Tramita no Senado projeto de autoria do senador Casildo Maldaner, no sentido de que seja descontado 1% das apólices de seguros que serviriam como reserva de contingência para ser investido numa hora de dificuldades. Mas a verdade é que por esse projeto aqueles que já pagam tudo vão acabar pagando mais ainda, porque no fundo ele é mais um imposto. Se hoje a carga tributária está na faixa dos 40%, caso esse projeto passe, o que vai acontecer na prática é que todas as seguradoras vão aumentar o valor cobrado. Por exemplo: aquele que paga R\$ 500,00 mês por um determinado seguro, passará a pagar mais 1% sobre esse valor.

Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar o presidente da OAB de Brusque, dr. Paulo Piva, que tem feito um trabalho muito bom no sentido de fazer valer a lei e de preservar o direito dos cidadãos.

Algumas comarcas estão para ser elevadas a entrâncias especiais. São as comarcas de Brusque, Jaraguá do Sul, Palhoça e Rio do Sul. A grande vantagem em ser uma entrância especial é que nela o número de varas é maior. E por que essas cidades? Porque prestam serviços às cidades no seu entorno. Para tanto toda a estrutura funcional é readequada e a rotatividade de juizes cai bastante, dando uma estabilidade maior à comarca.

Assim, ao saudar o dr. Paulo Piva, quero dizer que estou torcendo para que sejam implantadas essas entrâncias especiais. Tenho certeza de que os 61 desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina analisarão muito bem a questão, a fim de que seja feito o que é melhor para o estado e para os catarinenses.

Por último, sr. presidente, quero enaltecer a excelente participação comunitária que tivemos na sexta-feira, em Joinville, numa audiência pública

que tratou das medidas socioeducativas aplicadas na região norte do estado, especialmente em Joinville.

A comissão já havia feito audiências públicas em Criciúma e Itajaí e agora fez em Joinville. No próximo dia 27 será a vez de Lages, mais adiante em Chapecó e por último teremos em Florianópolis, a fim de avaliarmos como estão os 25 centros provisórios de atendimento socioeducativo no estado.

Como está construção e a finalização dos Centros de Atendimento Socioeducativo, os chamados Cases? O de Chapecó está funcionando; o de Lages está em construção; o de Joinville já está pronto, faltando apenas a contratação de funcionários e a compra de mobiliário; o de Criciúma está em processo de construção e o da Grande Florianópolis, localizado no município de São José, também está em construção e substituirá o São Lucas.

O entendimento que precisamos ter é que o centro de atendimento, seja definitivo ou provisório, bem como as casas de semiliberdade precisam prever um atendimento com o objetivo de recuperar, não apenas de aplicar uma pena, um castigo ao adolescente que teve um comportamento inadequado. Por isso, o centro não pode restringir-se a celas ou a alguma programação, são necessários também eventos sociais.

Vi que em Joinville existem bons serviços nessa área, que as pessoas que estão ligadas a essa atividade tem boa intenção e que se pode, sim, fazer um grande serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Em Breves Comunicações, o segundo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, quero utilizar o tempo que tenho nesta tribuna para tratar de pelo menos três assuntos.

O primeiro deles se refere ao que foi divulgado na imprensa no dia de hoje, no sentido de que está para ser votado nesta Casa projeto que extingue o voto secreto. Vários jornais de circulação estadual divulgaram, ontem, a opinião de 36 deputados e a esmagadora maioria opinou pela queda do voto secreto nesta Casa. Os mesmos jornais informaram que me procuraram para obter minha opinião, mas que eu não teria sido encontrado. A verdade é que eu me encontrava em viagem durante toda a parte da tarde e só tomei conhecimento de todos esses contatos quando já era noite e não havia mais como dar a minha opinião.

A minha opinião é muito parecida com a dos demais srs. deputados, mas com uma ressalva: entendo que o voto secreto, em que pese ser um elemento que faz parte da democracia para que o cidadão possa votar sem a pressão de "a" ou "b", já não condiz mais com a realidade dos dias de hoje. Porém, em alguns casos - e gostaria de citar um -, eu acho que, se for extinto, vai criar bastante dificuldade nesta Casa. Se for extinto o voto secreto para a votação de vetos do sr. governador, certamente veremos aqui votações de vetos quase que como homologações daquilo que vem do governo do estado.

Por que digo isso? Porque hoje boa parte dos deputados que pertencem à base do governo votam contra o governo porque têm o respaldo do voto secreto, votam pela quebra do veto governamental porque têm a tranquilidade de poder votar de forma secreta. Com a extinção do voto secreto, teremos aqui a votação de vetos do governador e dificilmente veremos um deputado da base votar pela derrubada do veto. Por que não vai acontecer isso? Porque se o deputado faz parte da base do governo e votar pela derrubada de um veto do governador, lá na frente vai receber o troco porque não foi parceiro, porque não foi fiel, e tantas outras coisas mais.

Então, o que vai acontecer? Muitos vetos que são derrubados porque a Casa entendeu que eram juridicamente perfeitos e que foram para lá e houve outro entendimento, não mais o serão. Aqui

há um entendimento jurídico, é respaldado juridicamente e respaldado pelo Plenário. Depois vai para o departamento jurídico do Executivo, que entende de forma diferente e o governador assina aquele parecer mandando o projeto vetado de volta para esta Casa. Chega aqui e, através do voto secreto, derrubamos o veto do governador, fazendo prevalecer a nossa palavra dada na hora da votação.

Mas agora, a partir do momento em que se derrubar nesta Casa o voto secreto, essas coisas não mais acontecerão. Muito dificilmente vamos ver a derrubada de um veto do governador, porque a base, que é a maioria da Casa, não vai votar contra o Executivo.

Eu acho que deveríamos derrubar, sim, o voto secreto praticamente para tudo, mas em algumas situações, como a da votação de vetos, deveria prevalecer o voto secreto para o bem da própria Casa e em nome do bom senso. Porque quando aprovamos uma matéria, ela passa pelo departamento jurídico, passa pela comissão de Constituição e Justiça, passa pelo plenário e vai para o governo. Quando chega lá, o governo entende totalmente diferente daquilo que entendemos. Então, volta para cá e daí vamos discordar daquilo que consensoamos aqui. Por quê? Porque estamos com o voto aberto. Então, é difícil. Nós vamos votar junto com o governador e derrubar aquilo que nós mesmos consensoamos aqui.

Quem viver verá! Vai acontecer isto aqui! Seremos a favor de determinada matéria. Nossa comissão de Constituição e Justiça aprovará e nós aprovaremos com convicção. Tudo direitinho. Daí o governador vai lá, discorda e veta! O veto vem para cá e nós, por conta do voto aberto, acabaremos desdizendo tudo o que afirmáramos até então. Ora, essas coisas precisam ser discutidas com mais de profundidade!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Parabéns, deputado Nilson Gonçalves, por v.exa. levantar

essa discussão. Inclusive, seria interessante que a imprensa, especialmente a imprensa escrita, explicasse um pouco às pessoas qual é a finalidade do voto secreto, pois, na verdade, ele serve para proteger o parlamentar de pressões indesejáveis. Esse é o entendimento. É preciso mudar a explicação, é preciso multiplicar essa explicação que v.exa. está dando, no sentido de que uma das finalidades do voto secreto é justamente proteger a democracia, o eleitor, a população.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O entendimento que tenho é que a maioria das votações deve ser aberta. Eu tenho esse entendimento. A cassação de um deputado tem que ser aberta! É uma questão de transparência, na grande maioria dos casos. Mas há casos específicos que precisam ser discutidos com mais profundidade, e um deles é a votação dos vetos.

Eu particularmente tenho só esse óbice, sr. Presidente. Eu acho que nesse caso deveria ser preservado o voto secreto. Nos demais não vejo problema nenhum em votar de forma aberta. Com certeza absoluta!

Sr. presidente, gostaria de transmitir o meu abraço e pedir que a Casa transmita também a todos os judeus.

(Passa a ler.)

"Nos dias 5 e 6 de setembro os judeus no mundo inteiro estarão comemorando o Rosh Hashaná. Rosh Hashaná é o primeiro dia do ano-novo judaico. De acordo com a tradição judaica, estaremos entrando no ano 5774 desde a criação do mundo. Nesse dia, os judeus se reúnem na sinagoga - que é a casa de orações judaica - e oram por um ano-novo bom e doce, para todas as nações do mundo. Segundo a tradição judaica, nesse dia Deus está julgando tudo o que ocorreu no ano que se passou e tomando decisões para o ano-novo. Por isso esse dia não se comemora festejando, mas com introspecção e orações.

Dez dias depois acontece o Yom Kipur, dia do perdão. Nele, os judeus jejuam o dia todo de comida e bebida e pedem para Deus perdão pelos

pecados do ano que passou. Nesse período um judeu deseja ao outro *shaná tová*, ou seja, bom ano-novo!"

Gostaria, sr. presidente, de deixar registrado e que fosse encaminhado à comunidade judaica esse nosso sentimento e também o desejo de um feliz ano-novo a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, nossos telespectadores, os que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e os presentes nesta sessão.

A tribuna também é um espaço que temos para prestar contas, deputado Ciro Roza, da nossa caminhada pelo estado de Santa Catarina, da nossa agenda, e eu quero registrar com satisfação a agenda que tivemos com o governador Raimundo Colombo na última sexta-feira, da qual também participaram a deputada Ana Paula Lima, os deputados Jean Kuhlmann, Aldo Schneider, Peninha e Décio Lima.

Na localidade de Belchior, em Gaspar, o governador efetivou, juntamente com o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, a tão sonhada ligação entre Gaspar e Luis Alves. Depois de muito tempo, de muita insistência e de muitos discursos de vários deputados desta Casa, finalmente foi assinada a ordem de serviço para a ligação Gaspar/Luis Alves. Houve também o comprometimento do secretário Valdir Cobalchini no sentido de promover a revitalização do acesso Luis Alves/BR-470, também um clamor daquela comunidade.

Quero aqui, deputada Ana Paula Lima, parabenizar o deputado federal Décio Lima, que das suas emendas destinou R\$ 1 milhão para a pavimentação da rota das cachoeiras, em Belchior Alto, que muito ajudará o desenvolvimento do turismo naquela região.

Srs. deputados, no último sábado estivemos cumprindo a nossa missão, como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, no encontro da juventude de Petrolândia. Jovens cristãos de várias igrejas - Católica, Luterana e Evangélica - reuniram-se no ginásio municipal para escutar algumas propostas sobre o combate e prevenção às drogas. Na oportunidade tivemos a oportunidade de apresentar o Projeto Reviver àquela comunidade.

Na tarde de domingo foi a vez de Tubarão, no encontro estadual de líderes de adolescentes, quando também tivemos a oportunidade de expor o Programa Reviver para lideranças ligadas a adolescentes no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, ontem celebramos os 163 anos da chegada do dr. Blumenau àquela região. Juntamente com seus companheiros de viagem, 17 imigrantes luteranos, com muita determinação, visão, ousadia, tenacidade, disciplina e perseverança fundou uma cidade que hoje orgulha Santa Catarina.

Já naquela época Blumenau enfrentava as cheias e isso continuou ocorrendo ao longo de todos esses anos. São 163 anos da construção de uma cidade espetacular, uma cidade fantástica, e aqueles que como eu tiveram a oportunidade de lá nascer ou de adotá-la como sua, certamente se orgulham do povo trabalhador que construiu, de fato, uma comunidade diferenciada em Santa Catarina e no Brasil.

Registramos os 163 anos comemorados ontem na cidade de Blumenau com duas boas notícias. Uma, do governo federal, deputada Ana Paula Lima: finalmente as máquinas chegam à BR-470 para a tão sonhada duplicação. Começam a chegar as primeiras máquinas, os primeiros equipamentos, e nós certamente vibramos com isso. Mais do que nunca vamos monitorar todo esse processo por três, quatro, talvez cinco anos, mas é preciso começar.

Acreditamos que esse passo gigantesco, que começa exatamente na área mais urbanizada do trecho de 74 km entre Navegantes e Indaial, é um sonho que se torna realidade para todos nós,

catarinenses, lembrando que pela BR-470 passam pelo menos 40% da economia catarinense.

Trata-se de uma rodovia que foi programada para 10 mil veículos/dia pela qual hoje transitam cerca de 30 mil. Por volta de quatro mil contêineres transitam todos os dias levando a riqueza de Santa Catarina para o mundo. Daí a importância da duplicação daquela estrangulada rodovia.

Sr. presidente e srs. deputados, ontem também foi o dia de festejarmos a interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina. Felizmente, depois de muitas tratativas, a reitora Roselane Neckel fez o anúncio, na Fundação Universitária Regional de Blumenau, de que a UFSC está oferecendo os cursos de Engenharia Têxtil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Matemática e Química. São 500 vagas para esses cursos que devem começar já no mês de março de 2014.

É bem verdade que nós, da cidade de Blumenau, especialmente nós, egressos da Furb - Fundação Universitária Regional de Blumenau -, gostaríamos de uma parceria imediata entre as duas instituições dentro de um processo de federalização. Mas temos que aplaudir a iniciativa do governo federal que, através da UFSC, numa proposta de interiorização da universidade, abriu essas 500 vagas em Blumenau, vagas essas que atenderão toda a região a partir de março de 2014.

Portanto, são duas boas notícias no aniversário de Blumenau. Trata-se de um momento de reflexão, que nos leva a espelhar-nos na experiência e, sobretudo, na determinação dos nossos pioneiros, mas que nos aponta para o futuro, na perspectiva de continuarmos construindo uma cidade cada vez mais forte economicamente e que orgulhe todos nós, catarinenses.

Parabéns a Blumenau pelos seus 163 anos!

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos

Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Não havendo deputado do partido que queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas.

Vimos hoje a esta tribuna para homenagear a cidade de Canoinhas. Encontram-se aqui o prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, sua esposa Larissa, além da rainha, da primeira e segunda princesas da Fesmate.

A Fesmate é a grande festa que se realiza no próximo dia 12 deste mês, na cidade de Canoinhas. E por que dia 12? Porque é a data da emancipação política daquele município, que está completando 101 anos de existência, assim como a própria Guerra do Contestado, que foi a maior rebelião já ocorrida no Brasil. À época não houve a devida divulgação dessa guerra sangrenta, muito diferentemente do que aconteceu com a Guerra dos Canudos, no nordeste do país, contada por Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões*.

Hoje grandes escritores já relataram os violentos combates ocorridos na Guerra do Contestado, que aconteceu entre 1912 e 1914 e ceifou mais de cinco mil vidas. Os rebeldes clamavam por liberdade, por justiça e por um olhar diferente do governo sobre as pessoas que lá estavam, pessoas aquelas que foram chamadas de jagunços, mas que eram as verdadeiros donas das terras que ocupavam.

A empresa que veio da Europa instalou-se no planalto norte para construir a ferrovia e fazer o transporte de madeiras nobres: imbuia e araucária, praticamente extintas na região. Com isso, o planalto norte sofreu, sim, um grande revés econômico. Na época pensava-se que a derrubada da madeira representava crescimento, desenvolvimento. Mas hoje sabemos que fomos vilipendiados por acordos espúrios, que causaram a guerra e transformaram o Contestado no conflito mais sangrento da história do Brasil.

Sr. presidente, o prefeito Beto Farias vai realizar a Fesmate no próximo dia 12 de setembro, em Canoinhas, e logo mais, com a suspensão da sessão, teremos a oportunidade de ouvi-lo, assim como a rainha e as princesas, para fazerem oficialmente o convite para todos participarem dessa grande festa, que contará com a presença do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira.

Ontem estivemos, juntamente com o governador, na cidade de Joinville, mais precisamente no Hospital Materno-Infantil, levando recursos para aquele hospital, que já atendeu mais de 600 mil pessoas, conforme nos relatou o prefeito. Ressalte-se que o prefeito Udo Döhler está fazendo uma excelente administração, sempre captando recursos para a área de saúde e prestigiando a classe médica.

Também o prefeito Beto Farias vem gerindo muito bem a área da saúde em Canoinhas. Há um sobreaviso regional que atinge toda a população da SDR, mais precisamente os municípios de Canoinhas, Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Papanduva, Monte Castelo, Timbó Grande, São Mateus do Sul, fazendo com que haja plantão 24 horas de anestesia, cirurgia geral, ortopedia, obstetrícia presencial e pediatria.

Quero comunicar a todos os catarinenses que também no dia 12 próximo, o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, receberá o título de Cidadão Honorário de Canoinhas, uma forma de agradecer toda a ajuda que ele vem dando àquela terra.

Esse é o momento de agradecer e, como dizia Miguel de Cervantes, "A gratidão é a virtude que mais nos aproxima de Deus". Portanto, queremos agradecer ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, ao governador Raimundo Colombo, aos deputados, a todos que colaboraram para que o Hospital Santa Cruz tenha uma infraestrutura importante, com dez leitos de UTI, ressonância magnética, tomografia computadorizada, arco-cirúrgico, banco de sangue, carrinho de anestesia, ultrassonografia, banco de sangue, equipamentos médicos etc. Hoje, sim, aquele hospital tem condições não somente de atender aos pacientes, mas de atendê-los muito bem, com qualidade e responsabilidade.

Vejam que a produção do Hospital Santa Cruz em média complexidade de traumatologia e ortopedia está em segundo lugar no estado de Santa Catarina. Por isso reivindicamos a alta complexidade em traumatologia, ortopedia e neurocirurgia. E por falar em neurocirurgia, temos um neurocirurgião que veio do Hospital Erasto Gaertner, em Curitiba, e faz cirurgias de alta complexidade, como tumor cerebral, AVC, crânio, salvando vidas que muitas vezes foram colocadas em risco em acidentes de trânsito, de trabalho etc.

Tenho certeza de que com esses predicados o Hospital Santa Cruz de Canoinhas e a saúde da região merecem uma referência especial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a minha manifestação no dia de hoje, representando o

Partido dos Trabalhadores, é com referência a uma experiência muito positiva que vem ocorrendo desde 2009, qual seja, a descentralização do Poder Judiciário, com a criação e implementação da Câmara Especial de Justiça, que tem como sede o município de Chapecó.

Todos vêm acompanhando a consolidação dessa estrutura, mas eu gostaria, como parlamentar, de destacar a sua importância, fazendo um balanço dos avanços que essa câmara significa para as 27 comarcas da região oeste de Santa Catarina, principalmente para os 117 municípios do Grande Oeste, cujos habitantes não precisam mais se deslocar para a capital, uma vez que seus processos são julgados em Chapecó.

Eu gostaria de mostrar alguns dados, de dar algumas informações que dão a dimensão do grande avanço que representa essa câmara.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Entre 2 de fevereiro de 2009 e 18 de abril de 2013, deram entrada 25.188 processos judiciais, sendo que deles, 20.938 foram julgados e apenas 5.150 estão pendentes. Esse é um dado que revela que a Câmara Especial está mais próxima do cidadão e por isso é mais célere.

A Câmara Especial abrange 25 comarcas, atingindo 117 municípios. São as seguintes as comarcas: Chapecó, Coronel Freitas, Xaxim, Concórdia, Ipumirim, Itá, Seara, São Miguel d'Oeste, Descanso, Itapiranga, Xanxerê, Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Domingos, Mondai, Palmitos, São Carlos, Campo Erê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Anchieta, Dionísio Cerqueira e São José de Cedro.

A composição da Câmara Especial de Justiça é a seguinte: o desembargador José Volpato de Souza e mais quatro juízes designados da capital para fazerem todas as audiências e os julgados. Entraram no ano passado 6.289 processos e 6.030 mil já foram julgados e resolvidos em segunda instância. Em 2013 estamos quase equiparados, o que mostra o quão vitoriosa é essa experiência,

que é pioneira no país, portanto, extremamente inovadora.

No dia de ontem estivemos, juntamente com a vereadora Marcilei Vignatti, que representou a Câmara Municipal de Chapecó e a presidente da OAB, dra. Patrícia, com o ministro Luís Roberto Barroso, que é o relator da Adin que foi movida contra a manutenção definitiva da Câmara Especial em Chapecó. Confesso que foi uma audiência muito positiva e primeira que fiz com esse ministro, que assumiu a relatoria em função da aposentadoria do ministro Ayres Britto.

O ministro falou muito pouco, mas disse algo que deixou a comitiva muito feliz: elogiou o caráter inovador da experiência e disse ser simpático à ideia da Câmara Especial de Justiça porque ela representa o acesso à justiça de forma mais célere.

Então, faço esse registro porque acho que a Assembleia Legislativa foi sábia ao aprovar a PEC que propiciou a criação da Câmara Especial de Justiça. É claro que agora há uma Adin que está na mão desse ministro para ser julgada, mas acredito que a sua avaliação será positiva, até porque gostaria muito que essa experiência fosse levada a outros cantos do estado e a outras regiões do país. Afinal de contas, quem disse que o Poder Judiciário tem que estar concentrado em Florianópolis? A população das demais regiões não tem o mesmo direito de acesso à Justiça?

Portanto, era esse o nosso registro e empenharemos todo o nosso esforço a fim de que essa Câmara Especial de Justiça se torne definitiva e que mais regiões sejam contempladas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que nos traz a esta tribuna refere-se ao nosso trabalho da CPI da Telefonia Móvel em Santa Catarina, juntamente com mais 15 Assembleias Legislativas que estão trabalhando no mesmo tipo de comissão. Não irei aqui me antecipar ao que o nosso relator, deputado Moacir Sopelsa, deve concluir nas próximas semanas.

Mas quero tornar público que estamos trabalhando desde o dia 23 de abril ouvindo várias instituições. Ouvimos os sindicatos, o laboral e o patronal, as operadoras e a Fatma. Havíamos convidado para o dia de hoje a Anatel, que é a agência reguladora do sistema de telefonia móvel no Brasil. Lamentavelmente, para não dizer outra coisa, recebemos um comunicado formal dessa agência, que faço questão de ler, que é, no mínimo, desrespeitoso não só com os parlamentares, mas com a população catarinense.

(Passa a ler.)

"Conforme nosso contato telefônico, agradecemos o convite encaminhado por meio do Ofício n. 0043/20013 pela CPI criada para apurar a 'precariedade dos serviços de telefonia móvel oferecidos pelas empresas que operam em Santa Catarina', a ser realizada em 03/09/2013, às 17h30.

Ressaltamos que a Anatel vem, sempre que possível participando e auxiliando o trabalho de investigação realizado pelas Assembleias Legislativas. Entretanto, após a edição do Decreto n. 8.062/2013, esta Agência Reguladora teve uma parte substancial de seu orçamento contingenciada, o que inviabiliza financeiramente enviarmos um representante de Brasília para participar da reunião.

A solução seria a representação da Agência por meio da Unidade Operacional de Santa Catarina, cujo gerente, sr. Estevão Hobold, infelizmente passará por uma intervenção cirúrgica, o que inviabilizará sua participação.

Nesse sentido, oferecemos a possibilidade da CPI nos encaminhar ofício com os questionamentos que essa comissão julgue pertinente, de forma que a Anatel possa responder e sanar as dúvidas dos parlamentares e, desta maneira, contribuir com este trabalho que, repetimos, reputamos ser extremamente importante.”[sic]

Sr. presidente, srs. deputados, não sei o que os meus colegas de comissão vão decidir sobre isso na reunião das 17h30. Mas me proponho a pagar as despesas de transporte aéreo bem como a estadia em Florianópolis de um representante da Anatel, deputado Antônio Aguiar, que venha dizer-nos por que a agência não está fiscalizando como deveria o sistema de telefonia móvel em Santa Catarina.

De qualquer maneira, sabem quanto já foi arrecadado de 1997 para cá? Exatamente R\$ 62 bilhões! Ora, será que com toda essa arrecadação a Anatel não tem recursos para enviar a Florianópolis alguém para participar da reunião da CPI e colocar o que a agência vem fazendo. Se os recursos não estão indo para a agência, não nos cabe questionar neste momento, mas o fato é que desde 1997 o governo já arrecadou R\$ 62 bilhões e não podemos deixar de ouvir a manifestação da agência com a desculpa de falta de recursos.

Por isso, no dia de hoje, às 17h30, a nossa comissão estará novamente reunida. Obviamente daremos algumas sugestões e certamente nossos colegas deputados também se manifestarão a respeito de qual será a nossa posição com relação a essa negativa da Agência Nacional de Telecomunicações de vir a Florianópolis participar do encontro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Como temos ainda 35 minutos para iniciarmos a Ordem do Dia, consulto os srs. deputados se podemos suspender a sessão para que o prefeito de Canoinhas possa fazer a sua manifestação.

(As lideranças concordam.)

Antes de suspender a sessão, lembro que o requerimento encaminhado à Mesa Diretora desta Casa é do nosso colega, deputado Antônio Aguiar.

Está suspensa a sessão até as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0025/2013; 0042/2013; 0090/2013; 0112/2013; 0249/2013; 0250/2013; 0264/2013; 0268/2013; 0269/2013; 0286/2013; 0295/2013; 0321/2013; 0330/2013; 0416/2013; 0535/2013; 0559/2013 e 0631/2013.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0239/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual do Zootecnista em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0292/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação de Atletismo de Caçador (AAC).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0326/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Criciúma (educação infantil).

Conta com parecer favorável de todas as comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência determina a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2013, que será incluído na Ordem do Dia de amanhã, assim como também está incluída a admissibilidade da PEC que trata do voto secreto.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0539/2013 e 0550/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0540/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0541/2013, 0542/2013, 0543/2013, 0544/2013, 0545/2013, 0546/2013, 0547/2013 e 0548/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0549/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0551/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0552/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0553/2013, 0554/2013, 0555/2013 e 0556/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0936/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0938/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0939/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0940/2013 e 0941/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0942/2013 e 0950/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0943/2013, de autoria do deputado

Neodi Saretta; 0944/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0945/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0946/2013 e 0947/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0948/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0949/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Moção n. 0090/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados manifestando contrariedade à tramitação da PEC n. 0045/2009, no tocante à manutenção da instituição da ouvidoria em seu texto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, como não conheço o conteúdo dessa moção, gostaria que a autora, deputada Luciane Carminatti, esclarecesse o assunto para que eu pudesse votar com conhecimento de causa.

Assim, diante da ausência da deputada e levando em conta que o assunto da próxima moção constante da pauta, de autoria do deputado Aldo Schneider, também não é do nosso conhecimento, sugiro que v.exa. postergue a votação dessas duas matérias para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em atenção à solicitação de v.exa. e em respeito à ausência momentânea da deputada Luciane Carminatti, nós retiramos de pauta a moção de sua autoria.

Quanto à Moção n. 0091/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, concedo-lhe o tempo necessário para que s.exa. explique a este Plenário do que se trata, uma vez que ela manifesta repúdio e apela ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Catarinense, pela revogação da Resolução n. 045 Consuper/2013, no que concerne à

movimentação do curso técnico em eletromecânica do *campus* de Ibirama para o *campus* de Blumenau.

Com a palavra o autor, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na cidade em que resido temos uma luta árdua há alguns anos para buscar um *campus* do Instituto Federal Catarinense. Obviamente houve um trabalho de muitas lideranças para concretizar, não diria um sonho, mas uma necessidade da região. Tivemos muitas reuniões com o ministério da Educação para conseguir a implantação do Instituto Federal Catarinense na cidade de Ibirama, sendo que a nossa cidade doou todo o patrimônio.

Agora, por decisão monocrática do reitor do Instituto Federal localizado em Blumenau, está sendo retirado de Ibirama um curso de eletromecânica, o que entendemos ser totalmente despropositado neste momento. Por quê? Porque boa parcela da nossa economia é focada na indústria metal-mecânica da região.

Por isso, sr. presidente, na condição de deputado estadual, entendo que esta Casa está aqui para atuar em defesa da sociedade catarinense. Assim, solicito aos meus colegas a aprovação desta moção no sentido de que a reitoria do Instituto Federal Catarinense localizado em Blumenau reveja sua posição de transferir o curso de Ibirama para Blumenau.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Continua em discussão a Moção n. 0091/2013.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, antes que encerre a Ordem do Dia, gostaria de sua consideração a respeito do Projeto de Lei n. 0049/2013, que institui a política de apoio ao cooperativismo. Esse projeto já tramitou na comissão de Constituição e Justiça, na comissão de Finanças e Tributação e está agora na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Assim, sr. presidente, embora ainda não tenhamos a posição da comissão de Economia, a verdade é que os prazos já estão todos esgotados. No primeiro momento solicitei à Coordenadoria das Comissões que o projeto viesse a plenário, mas como não tenho ainda uma informação, quero pedir a v.exa. sua intervenção para que o referido projeto seja incluído na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão, a fim de que possamos dar à Ocesc, às cooperativas, o devido ordenamento legal.

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputado Moacir Sopelsa, o nosso diretor Legislativo nos informa que temos condições de chamar o projeto em função do decurso de prazo. O deputado Arnaldo Moraes, que substitui o deputado José Milton Scheffer, que era o relator da matéria e presidente da comissão, pode agilizar a questão.

Em função disso, esta Presidência, atendendo à solicitação de v.exa., já que às vezes temos dificuldade de receber essas informações, determina que a matéria seja incluída na pauta da Ordem do Dia de amanhã. Naturalmente, se for necessário, far-se-á na sessão de amanhã, em plenário, o debate complementar. O importante é que a matéria já conta com o voto favorável de duas comissões. Assim, por decurso de prazo chamamos a matéria para a sessão de amanhã.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Essa matéria já tramitou em todas as comissões, sr. presidente. Os prazos já estão vencidos e há necessidade da sua apreciação neste plenário, até porque a própria Ocesc encaminhou documentação explicativa para todos os deputados.

Eu só lamento que se a matéria vier à apreciação amanhã eu não esteja aqui, pois estarei acompanhando o sepultamento de uma grande mulher, a esposa do dr. Edgard Allage, médico renomado de Caçador. Se tiver condições, voltarei a tempo de votar a favor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Reno Caramori, infelizmente o nosso Regimento Interno não permite voto antecipado nem por procuração. Mas v.exa. já está, com um dia de antecedência, comunicando à população que o seu voto é favorável, tanto que v.exa. fez coro à solicitação do deputado Moacir Sopelsa, pedindo a inclusão dessa importante matéria na pauta da próxima sessão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu vou somar-me ao deputado Reno Caramori antecipando o meu voto para Santa Catarina, pois amanhã também não estarei aqui em função de um compromisso com o nosso deputado federal na Valec, para tratar da ferrovia norte/sul, até porque as lideranças do vale do Itajaí têm que estar lá para defender o interesse daquela região pujante de Santa Catarina.

Gostaria ainda, sr. presidente, de fazer um registro e um agradecimento a todos os alunos da 10ª fase do curso de Direito da Furb, que na tarde de hoje estão fazendo uma visita ao Tribunal de Justiça e ao Poder Legislativo.

Então, em meu nome e em nome desta Casa, gostaria dar as boas-vindas a todos no Parlamento catarinense. Esta Casa é de vocês e com certeza estaremos muito bem servidos com os futuros

advogados que a Furb estará entregando para o estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença dos futuros colegas, que vão-se formar bem antes de mim, pois sou da turma de 1995 e não consegui formar-me ainda. Naturalmente não estou reprovando esse tempo todo, mas os mandatos que exerço desde 1998 impediram-me de concluir o curso. Parei na 10ª fase, falta pouco. Certamente daqui a pouco pretendo encontrar com os colegas na jornada da vida.

Quero dizer, deputados Reno Caramori e Aldo Schneider, que o deputado Moacir Sopelsa, elegante que é com os demais colegas, solicitou que a inclusão do PL n. 0049/2013, ao invés de ser feita na sessão de amanhã, ocorra na sessão da terça-feira da próxima semana, para que v.exas. não tenham que fazer o voto virtual nem espiritual.

Então, agradecemos o gesto do deputado Moacir Sopealsa e informamos que a referida matéria será incluída na pauta da próxima terça-feira.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, era justamente essa a solicitação que a bancada do PT gostaria de fazer. Sendo assim, agradecemos ao deputado Moacir Sopelsa por sua sensibilidade, permitindo que todos possam apreciar essa matéria na próxima terça-feira.

Também quero agradecer a presença dos alunos da 10ª fase do curso de Direito da Furb, e faço-o em nome do professor Clóvis, que sempre se fez presente neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, quero cumprimentar os acadêmicos que visitam esta

Casa e registrar a visita do vereador Ângelo Cesar Gervásio, de Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, especialmente os estudantes de Direito que nos visitam, quero trazer nesta tarde duas grandes questões que nos últimos dias já levantamos desta tribuna.

Hoje, na comissão de Constituição e Justiça, fizemos o convite ao presidente da Celesc para trazer informações sobre essa importante empresa e os desafios que ela tem pela frente a partir do momento que surge um documento da Aneel que diz respeito a sua situação financeira. O referido documento é assinado pelo diretor Antônio Araújo da Silva, da Agência Nacional de Energia Elétrica, e alerta para a grande dívida que tem a Celesc, deputado Valmir Comin, que chega a R\$ 1,5 bilhão.

A Celesc, que é uma das maiores empresas de Santa Catarina, cumpre uma função estratégica neste estado. Segundo o jornalista Moacir Pereira, a direção da empresa está criando um grupo de trabalho para levantar em 30 dias a sua situação financeira. O presidente teve uma conversa com o governador Raimundo Colombo para alertar sobre essa situação e por isso entendemos ser fundamental que o presidente da empresa venha a esta Casa.

Este Parlamento tem uma função importante, pois aqui se travou uma das maiores lutas contra a privatização e por uma gestão séria e transparente. A nossa bancada está articulando um pedido de criação de uma CPI para apurar possíveis irregularidades, já que existem indícios de notas falsas no valor de quase R\$ 6 milhões e que o Ministério Público afirma existir um rombo de mais de R\$ 50 milhões.

É necessário que este Parlamento acompanhe de perto uma empresa catarinense que é importante para o estado, para todas as regiões,

principalmente o planalto norte, o extremo oeste, o sul e o alto vale, que estão cobrando investimentos em energia elétrica a fim de que a agricultura possa crescer e desenvolver-se.

Por isso estamos aqui no sentido de defender essa empresa e queremos deixar uma coisa muito clara para os trabalhadores da Celesc: a nossa luta não se destina a prejudicar a empresa, mas a fortalecê-la para que possa continuar desempenhando o papel para o qual foi criada.

É nessa expectativa que esperamos que o presidente traga, na terça-feira, importantes informações sobre o debate que ocorre no interior e sobre quais as ações que a direção está preparando para enfrentar esses problemas internos.

Deputado Aldo Schneider, quero agradecer-lhe por ter, como líder do governo, aprovado o requerimento.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado, dentro daquela linha que conversamos na comissão de Constituição e Justiça, quero reafirmar que o Parlamento tem que estar atento aos interesses da sociedade.

Com referência ao requerimento aprovado pela comissão de Constituição e Justiça, entendo que ele é salutar e é uma oportunidade para que o presidente da empresa se expresse para Santa Catarina e faça o contraponto daquilo que a imprensa está divulgando. Nós, base de apoio do governo nesta Casa, entendemos que a presença do presidente da Celesc é importante exatamente para que possamos dirimir dúvidas e fazer os devidos questionamentos justamente na comissão de Constituição e Justiça, que é o fórum apropriado, porque é ali que se esclarecem todas as questões legais desta Casa.

Conversei com o presidente da Celesc, que já está tentando adequar sua agenda para terça-feira estar aqui e expor a todos a real situação da Celesc.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, quero dizer, em nome do PSD, que o presidente Cleverton Siewert é uma das figuras mais iluminadas deste governo. E nessa questão sobre a qual temos dúvidas, quero fechar minha intervenção dizendo: que haja luz!

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A bancada do Partido dos Trabalhadores ainda está coletando assinaturas para a CPI da Celesc. Mas quero agradecer ao líder do governo e a todos os parlamentares da comissão de Constituição e Justiça pela sensibilidade de acatarem a sugestão, feita através de requerimento, de convidar o presidente da Celesc para dar algumas explicações, principalmente sobre o que foi noticiado pela imprensa nos últimos dias acerca do relatório da Aneel. Porque é muito preocupante que uma empresa catarinense, que tem a obrigação de prestar serviços para o nosso povo, esteja gerando uma série de dúvidas.

Então, parabéns pelo seu posicionamento e dos demais deputados, principalmente o líder do governo.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigada, deputada.

Sr. presidente, acompanhando as avaliações que se fez sobre a saúde, li na imprensa uma frase que me envergonha e revolta-me: a situação das compras públicas para os hospitais catarinenses.

A matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Uma passada nos cafés próximos ao prédio da secretaria de Saúde uma hora antes dos leilões, era reveladora a conduta dos concorrentes. Dividiam a mesma mesa e abriam as ofertas que cada uma fazia pelos lotes que seriam negociados.

Numa conversa nada inocente eram discutidos os interesses de cada fornecedor, ensaiado o teatro de uma falsa concorrência. A encenação se desenrolava enquanto era aberto o pregão de cartas marcadas e terminava com o estado pagando entre 20% e 25% a mais que o valor de mercado para insumos para a saúde pública em Santa Catarina."

Nós voltaremos a esse tema amanhã, deputada Ana Paula Lima, nossa líder. Agora, o que me assusta é a tranquilidade com que se trata uma situação em que o contribuinte catarinense paga R\$ 100 milhões a mais por ano para esquemas nos quais empresas combinam licitações e concorrências públicas.

Isso de fato precisa ser apurado a fundo, para saber quem são os responsáveis, quem pagará por isso, porque o resultado dessa fraude é menos dinheiro para a saúde e para a educação em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de comunicar ao eminente deputado Dirceu Dresch que, conversando há pouco com o presidente da Celesc, ele nos informou que sua vinda a esta Casa dar-se-á não na próxima terça-feira, mas daqui a 15 dias, ocasião em que fará uma explanação na comissão de Constituição e Justiça.

Era isso, sr. presidente, e muito obrigado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença nesta Casa de Anderson Vieira Amorim, Arilson Carlos Nazario e outros dirigentes do Sinpol, que

vieram conversar com a deputada Ana Paula Lima e vários deputados.

Também registro que no dia de hoje entregamos na secretaria de Segurança Pública o relatório das audiências públicas de Barra Velha, Piçarras, Penha e Navegantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

A próxima oradora inscrita é a eminente deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, srs. deputados presentes a esta sessão ordinária.

Deputado Dirceu Dresch, quero relatar que na sexta-feira foi acertada a pavimentação asfáltica na estrada que liga os municípios de Gaspar e Luis Alves, que é uma rodovia intermunicipal de responsabilidade do estado. Em 2008, quando ocorreram catástrofes no estado de Santa Catarina, essa rodovia recebeu benefícios na sua pavimentação com recursos do governo federal repassados para o governo do estado e conveniados com o município de Luis Alves, que fez a pavimentação, mas ficaram faltando 2,5 km.

É uma rodovia importantíssima, não só para os municípios de Gaspar e Luis Alves, mas para todos aqueles que querem encurtar a distância, que são os trabalhadores que moram no município de Blumenau e trabalham no município de Luis Alves ou vice-versa.

Então quero, através desta tribuna, fazer um agradecimento porque, como disse na sexta-feira, sabemos fazer críticas ao governo, mas também sabemos reconhecer ações positivas. E faço aqui um elogio ao governador do estado, Raimundo Colombo, porque foi assinado um convênio entre a prefeitura de Gaspar e a secretaria de Desenvolvimento Regional para a conclusão daquela obra que é tão importante para os dois municípios e para a região do médio vale do Itajaí.

Também estiveram na cerimônia de sexta-feira os deputados federais Rogério Peninha Mendonça e Décio Lima, sendo que este último alocou R\$ 1

milhão, dentro das suas emendas parlamentares, para a conclusão de uma rota turística, que é a rota das cachoeiras.

Então, fica aqui o elogio a uma união de esforços que permitiu que aquela comunidade acreditasse na conclusão da obra. E foi isto que o governador do estado, com diversas lideranças políticas, como o prefeito de Luis Alves, como os vereadores Betinho e Marquinhos e o empresário Tarcísio, além dos vereadores do município de Gaspar, concretizou na ocasião: a consecução de um pedido há muito tempo trabalhado.

Também não poderia, srs. parlamentares e público catarinense, deixar de mencionar o aniversário da cidade de Blumenau, que no dia de ontem completou 163 anos de muito trabalho de um povo honesto e empreendedor, que criou uma cidade que orgulha o estado de Santa Catarina e todo o nosso país.

Tivemos diversas comemorações e, como sempre acontece, houve desfiles dos clubes de caça e tiros e das associações de moradores e entidades não governamentais, que puderam, ao longo da rua XV, mostrar o seu trabalho para um grande público.

Mas a cidade, no dia do seu aniversário, recebeu dois grandes presentes. Um deles foi a oficialização da instalação do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina em Blumenau, porque nos últimos dez anos de governo PT, primeiro o presidente Lula e agora a presidenta Dilma Rousseff, a UFSC saiu da ilha, atravessou a ponte e foi para diversas regiões do estado de Santa Catarina: no oeste, no sul, no planalto norte, no alto vale e no médio vale do Itajaí.

Há muito tempo vimos trabalhando pela federalização da Furb, mas infelizmente ainda não conseguimos. No entanto, o importante é que a Universidade Federal de Santa Catarina vai ter um polo em Blumenau, que futuramente será transformado em Universidade do Vale do Itajaí, oferecendo cursos superiores gratuitos e de boa qualidade para a nossa população.

Ontem, às 19h30, na Fundação Cultural de Blumenau, recebemos, juntamente com o prefeito e com o deputado federal Décio Lima, da reitora Roselane Neckel, o anúncio oficial da instalação do *campus* da UFSC na cidade de Blumenau, que deverá, srs. parlamentares, iniciar suas atividades em 2014 ainda em prédio alugado. Posteriormente, com a aquisição de um terreno em nossa cidade, será construída a estrutura física definitiva.

Segundo a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina já foram contratados para o primeiro ano 51 professores através de concurso público e as aulas terão início no primeiro semestre de 2014. A forma de seleção dos alunos será decidida num fórum a ser realizada ainda neste mês de outubro. Ela poderá ocorrer através de vestibular ou do sistema de seleção unificada, o Sisu. As duas formas podem ser aplicadas.

No primeiro ano serão atendidos cerca de 500 alunos. O quadro de professores e funcionários será preenchido por concurso público, cujo edital será lançado em novembro. A intenção é atender nos próximos anos a 2.500 alunos, com 123 professores e 172 técnicos administrativos.

Nesse primeiro momento o *campus* da UFSC de Blumenau terá cinco cursos: Engenharia Têxtil, Engenharia de Controle de Automação e Engenharia de Materiais, no período diurno, atendendo à vocação da cidade na área têxtil e na indústria no geral, além de licenciatura em Matemática e Química, no período noturno, visando à formação de professores.

Nosso mandato vai acompanhar, assim como o do deputado federal Décio Lima, a implementação desses cursos no *campus* da UFSC de Blumenau, que se juntará ao *campus* do Instituto Federal Catarinense que lá funciona e ao *campus* do IFSC que está sendo instalado na cidade de Gaspar.

Srs. parlamentares, não posso deixar de elogiar o outro presente que a cidade ganhou no dia do seu aniversário, e não somente Blumenau, mas todo o povo catarinense, principalmente as cidades do médio e alto vale do Itajaí.

Refiro-me ao início das obras de duplicação da BR-470, que era outra promessa da presidenta Dilma Rousseff. As obras estão a cargo da empresa Sul Catarinense e durante todo o final de semana as máquinas trabalharam nessa obra tão importante para o estado de Santa Catarina. Estivemos no local e presenciamos um sonho que começa a se tornar realidade.

Queremos externar os nossos agradecimentos ao engenheiro João José, do DNIT, pela condução do processo. O prazo de conclusão, srs. parlamentares, para os lotes três e quatro, no trecho de Indaial a Gaspar, é de quatro anos, ou seja, até o dia 6 de outubro de 2017 tudo deverá estar pronto e entregue à população.

Este agora é o nosso desafio: acompanhar, através do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470, que presidimos, o cronograma das obras para evitar possíveis atrasos.

Queremos deixar registrado que essa é uma obra que vai incomodar, mas é um incômodo que se faz necessário porque a duplicação da BR-470 há muito tempo é esperada por todo povo catarinense, mas especialmente por aqueles que moram no médio vale do Itajaí.

Muitos prometeram, mas somente agora está sendo iniciada a obra e estaremos acompanhando todos os passos para a duplicação dessa importante rodovia para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu gostaria de tratar hoje de duas questões. A primeira delas é uma atividade de que tive a oportunidade de participar no último final de semana, mais propriamente no sábado passado, no município de Itapiranga, ocasião em que estive presente a nossa ministra Ideli Salvatti,

juntamente com o presidente da Eletrosul, Eurides Mescolotto; o diretor financeiro da mesma empresa, Antônio Waldir Vituri; e também alguns parlamentares, como a deputada Luci Chonaicki e o deputado Dirceu Dresch, além de lideranças de toda a região, prefeitos e vereadores.

O município de Itapiranga está-se tornando uma referência no que diz respeito à produção de biogás. Essa me parece ser uma alternativa extremamente promissora e positiva, porque, além de dar um destino adequado aos dejetos suínos, faz com que haja um aproveitamento desse material, transformando-o na produção de energia, de gás. E a partir do gás estaremos fazendo a transformação e, ao mesmo tempo, locando-o na rede elétrica. Trata-se de uma experiência que vai custar em torno de R\$ 10 milhões, numa parceria do nosso governo federal e da Eletrosul com os produtores, e que poderá tornar autossuficientes em torno de 30 famílias daquele município.

Então, é uma iniciativa extremamente louvável por parte do poder público, mais especificamente da Eletrosul e do governo federal, fazendo com que Itapiranga se torne referência em toda a região sul do país na produção de biogás.

Mas gostaria de trazer à tona novamente a questão da barragem construída sobre o rio Canoas, no meio-oeste do nosso estado, mais especificamente em Abdon Batista, mas que atinge vários municípios daquela região. A empresa responsável, que tem uma relação muito próxima com a Construtora Triunfo, é o Consórcio Rio Canoas Energia.

Estive há pouco na Fatma, deputados Silvio Dreveck e Valmir Comin, pois havia agendado uma audiência às 16h com o presidente daquele órgão. Infelizmente, devido ao número enorme de pessoas a serem atendidas, não pude ficar aguardando, tendo em vista o meu compromisso aqui no plenário.

Pediram que conversasse com a diretora de Fiscalização, mas quando cheguei lá também havia muitas pessoas para serem atendidas e de repente poderia ser recebido somente depois das 18h.

Espero que a Fatma não esteja cedendo à pressão do capital, representado no caso pelo Consórcio Rio Canoas Energia, da Construtora Triunfo, que construiu a barragem sobre o rio Canoas. Também espero que haja justiça no encaminhamento, principalmente no que se refere ao atendimento aos direitos negados às mais de 200 famílias que foram atingidas.

Estava há pouco comentando que é algo inusitado: uma empresa que constrói uma barragem erra no cálculo em cinco metros! É impressionante! Inclusive, a própria empresa foi tomada de surpresa pelo alagamento causado pela água do lago.

Eu já disse em outros momentos que estradas novas foram construídas, mas a partir do alagamento elas também foram tomadas pelo lago. A rede de energia elétrica reconstruída pela Celesc também ficou debaixo d'água. Os salões dos centros comunitários ficaram totalmente submersos. A igreja foi transferida de onde o lago atingiria, ficando um metro fora do lago. E o Ministério Público Estadual ainda emitiu um interdito proibitório para que o bispo não pudesse aproximar-se. Mas como é que bispo vai ter condições de chegar para rezar a missa para seus fiéis se a igreja, que foi transferida porque o lago a atingiria, está a um metro da água?! Nem precisaria de interdito proibitório!

O Ministério Público Estadual tem que cuidar das suas funções e verificar as injustiças tremendas, absurdas, que foram cometidas com aquelas famílias! São mais de 200 famílias expropriadas, expulsas de suas terras e que não receberam um centavo sequer!

Tudo bem, nós precisamos de energia elétrica. Agora, temos que ter senso de justiça para com aquelas famílias que foram atingidas! Espero que pelo menos a Fatma não conceda a licença, porque há mais de mil araucárias debaixo d'água e esse é um crime ambiental que não podemos aceitar, porque qualquer agricultor que derrube um arbusto, uma árvore, mesmo para o seu sustento, é denunciado, multado e muitos deles respondem a processos por

vários anos! No entanto, a empresa construtora coloca mais de mil araucárias debaixo d'água e nada é feito! Além disso, ainda concedem a licença para que a usina possa funcionar.

Nós vamos fazer de tudo junto com o Ministério Público Federal para impedir que aquela usina funcione antes que sejam resolvidos os problemas das cerca de 200 famílias que lá construíram suas vidas, constituíram seu patrimônio e que, infelizmente, estão com uma mão na frente e outra atrás sem saber o que fazer. O desespero é enorme. É preciso uma intervenção, é preciso que os poderes públicos defendam o nosso povo, defendam os indefesos, aqueles que mais precisam do estado.

Espero também que a Fatma não ceda às pressões do capital, porque o capital é ganancioso, ele destrói em benefício próprio. Espero, sinceramente, que antes de serem atendidos os direitos das famílias atingidas a usina não seja autorizada a funcionar. É preciso que se faça justiça!

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- O último orador inscrito é o eminente deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, amigos da Rádio Alesc Digital e da TVAL, faço uso da tribuna na tarde desta terça-feira para ressaltar, primeiramente, a importância da luta empreendida por este Parlamento em defesa do Código Florestal, no combate às drogas e na defesa do carvão mineral catarinense.

No dia 29 próximo passado ocorreu o leilão estabelecido pela Eletrobrás, no qual estavam listados quatro grandes investimentos: um do Eike Batista, no estado do Rio de Janeiro, geração de energia a partir do carvão com 589 megawatts; dois no Rio Grande do Sul, uma usina de 600 megawatts e outra de 650 megawatts, além de outra de 300 megawatts/hora, do Consórcio Usitesc, empreendida pela Carbonífera Criciúma Metropolitana e seus

parceiros, num investimento da ordem de R\$ 2 bilhões.

Infelizmente, o parâmetro estabelecido pelo governo federal ficou muito distante daquilo que era a expectativa no seio do setor, pois foi oferecido o valor de R\$ 140,00 por *megawatt*/hora, tornando inviável a participação dessas empresas no certame. Das quatro empresas que apresentaram seus projetos, a única que apresentou todas as garantias foi o projeto Usitesc, situado no município de Treviso, no sul do estado de Santa Catarina, mas que resolveu não participar devido ao baixo preço estabelecido pelo governo federal de R\$ 140,00 *megawatt*/hora.

Portanto, no próximo dia 5 de dezembro deveremos ter um novo leilão. Aí, sim, tenho a convicção de que o próprio governo federal perceberá a necessidade de aumentar o preço *megawatt*/hora, possibilitando, assim, a participação efetiva do carvão mineral de Santa Catarina e do carvão mineral gaúcho nos leilões da Eletrobrás, disponibilizando esse recurso ao sistema integrado nacional, dando com isso lastro, segurança jurídica, aos investidores.

Sr. presidente, na noite de ontem tive a oportunidade e o privilégio, juntamente com a deputada Dirce Heiderscheidt, de participar de uma audiência na Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, proposição feita pelo vereador Jucinei de Souza, o popular Nei, avalizada por todos os seus pares, que contou com a participação dos representantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista a preocupação com uma estatística alarmante.

Nos últimos dois anos ocorreram, somente em Paulo Lopes, várias mortes em função das más condições do hospital de Imbituba, que não tem equipamento adequado, que não possui uma UTI para dar o atendimento adequado as acidentados.

Na referida audiência, muito concorrida por sinal, foi enaltecido com veemência o trabalho feito pela Polícia Rodoviária Federal e pelo Corpo de Bombeiros, mas os acidentados, ao invés de serem deslocadas para o Hospital Regional de São

José ou para Tubarão, são levados para Imbituba, onde não existe equipamento de UTI e acabam falecendo.

A audiência foi muito produtiva e lá mesmo fizemos contato com o secretário-adjunto da Saúde, Acélio Casagrande, que agendou para amanhã, às 17h, uma visita à Assembleia Legislativa, onde se reunirá com lideranças dos municípios de Paulo Lopes, Imaruí, Garopaba e Imbituba, a fim de que seja feito o pedido de credenciamento de dez leitos de UTI para aquele hospital e que, na sequência, seja requisitado o credenciamento de uma especialidade, a traumatologia, uma vez que o referido hospital está próximo à BR-101.

Vejo com muita preocupação não só a segurança dos municípios desses quatro municípios, mas de todos aqueles que trafegam pela BR-101 e que passam pelo trecho Imbituba/Paulo Lopes, onde ocorrem vários acidentes.

Há sensibilidade por parte das autoridades, e esperamos lograr êxito no dia de amanhã, quando estaremos debatendo esse assunto nesta Assembleia Legislativa.

Está de parabéns a Câmara Municipal de Paulo Lopes, o vereador Nei e todos os signatários dessa ação suprapartidária, na qual se engajaram com o propósito de buscar investimentos, num momento até oportuno, em função do Pacto por Santa Catarina estabelecido pelo governo Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira.

Sr. presidente e srs. parlamentares, é com satisfação que uso a tribuna para mencionar a doação de imóvel no município de Criciúma, decorrente da visita do governador Raimundo Colombo ao prefeito Márcio Búrigo. Sua Excelência se comprometeu a doar o Pequeno Polegar ao município, encaminhou projeto nesse sentido à Assembleia Legislativa, projeto esse que hoje foi aprovado em primeiro turno por este Plenário. Amanhã deverá ter lugar a votação da redação final, para que possamos encaminhar o projeto ao governador, a fim de que ele o sancione e o município de Criciúma possa ser dono do imóvel Pequeno Polegar, onde será instalada a Afasc.

Fundada em 5 de junho de 1973, à época a Afasc foi presidida pela então primeira-dama do município, Zulma Napolini Manique Barreto. Atualmente a primeira-dama Izabel Cristina Grijó Búrigo, esposa do atual prefeito, é a presidente.

A Afasc se constitui numa entidade não governamental de caráter filantrópico sem fins lucrativos. Ao longo de seus 38 anos de existência, a entidade vem desenvolvendo um programa integrado e dirigido de assistência social e de educação básica, especialmente no atendimento das necessidades da mulher, do idoso e da criança, cujos direitos tenham sido violados ou estejam ameaçados.

A Afasc atende a, aproximadamente, 30 mil pessoas por mês, distribuídas em seus programas de educação infantil, assistência social, clubes de mães e grupos de idosos. Suas ações são baseadas na dedicação e no amor de sua direção, seus técnicos, funcionários, voluntários, parcerias e governantes, todos trabalhando juntos pela comunidade criciumense.

Atualmente tem 26 Centros de Educação Infantil - CEIs -, distribuídos pelos diversos bairros do município, totalizando uma matrícula de quatro mil crianças.

Gostaria também, sr. presidente, de ressaltar aqui a efetiva participação da amiga de saudosa memória, esposa do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, Ivane Fretta Moreira, que foi primeira-dama de Criciúma nos anos 90 e que desenvolveu lá um grande trabalho dentro de um grande espírito público, extremamente voltado às causas sociais e às pessoas menos favorecidas.

Em vista disso, o prefeito municipal Márcio Búrigo e o vice-prefeito Verceli Coral e suas esposas, pretendem homenageá-la dando o seu nome ao Pequeno Polegar, em função dos relevantes serviços prestados àquela comunidade.

O trabalho feito por Ivane continuou sendo realizado pelas administrações subseqüentes, e não é diferente na atual administração de Márcio Búrigo e Verceli Coral, que numa parceria com o governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira,

com o aval deste Parlamento, vem desenvolvendo um grande trabalho em Criciúma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Obrigado, deputado Valmir Comin.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Palhoça, em comemoração ao centenário do Clube Sete de Setembro.

Está encerrada a sessão.